



RELATÓRIO DE AUDITORIA

**RAI 01/2023 – Prefeituras
Universitárias dos campi de São
Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do
Sino (SC, AR, SO, LS)**

Coordenadora da AudIn

Jaqueline Contarin (2023)

Letícia Bernardes de Mello
Grego (2024)

Auditora Interna e Chefe da Seção de Execução de Auditorias

Letícia Bernardes de Mello
Grego (2023)

Jaqueline Contarin (2024)

Fevereiro/2025

Auditoria Interna - AudIn
Fundação Universidade Federal de São Carlos

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Unidades Examinadas:

Prefeitura Universitária dos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e
Lagoa do Sino

RAI 01/2023

Missão da AudIn

Aprimorar e avaliar a gestão por meio de atuação independente e objetiva prestando serviços de consultorias e agregando valores aos controles internos da Universidade sempre buscando a eficácia nos processos de gerenciamento de riscos, integridade e governança.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABR	Auditoria Baseada em Riscos
ANAC	Agência Nacional de Aviação Civil
AudIn	Auditoria Interna
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CaEx	Câmara de Extensão
CCI	Convênio de Cooperação Institucional
CGU	Controladoria Geral da União
CoEx	Conselho de Extensã
FONAI-MEC	Associação Nacional dos Servidores Integrantes das Auditorias Internas do Ministério da Educação
FAI - UFSCar	Fundação de Apoio Institucional da Fundação Universidade Federal de São Carlos
FUFSCar	Fundação Universidade Federal de São Carlos
GR	Gabinete da Reitoria
GT	Grupo de Trabalho
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PAINT	Plano de Auditoria Interna
ProAd	Pró- Reitoria de Administração
ProEx	Pró-Reitoria de Extensão
ProGP	Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas
RAI	Relatório de Auditoria Interna

SA	Solicitação de Auditoria
SerC	Serviço de Convênios, Cooperações e Contratos
SerAPC	Serviço de Acompanhamento de Processos e Certificações
TCU	Tribunal de Contas da União
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	4
SUMÁRIO	6
I. INTRODUÇÃO	8
II. RESULTADOS DOS EXAMES E RECOMENDAÇÕES	13
III. CONCLUSÃO	30
ANEXOS	31

I. INTRODUÇÃO

1.1. PLANEJAMENTO DA AUDITORIA

A ação de auditoria da Prefeitura Universitária nos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino (PU-SC, -AR, -SO, -LS) teve como objetivo avaliar a qualidade dos controles internos dos processos de sua atribuição. A auditoria esteve prevista no Plano de Auditoria Interna (PAINT) de 2023, aprovado pelo Conselho Universitário (ConsUni) na sua 266ª reunião ordinária, em 16/12/2022 e foi selecionada por meio da metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR). A auditoria, iniciada em 2023, sofreu impedimentos na forma de ausência de respostas por parte da Prefeitura Universitária de Lagoa do Sino (PU-LS) entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024 e pela greve dos servidores técnico-administrativos de março a junho de 2024, que paralisou as atividades da AudIn, incluindo o andamento desta auditoria, a qual foi retomada em julho de 2024.

O escopo da auditoria abrangeu:

- i) fiscalização administrativa de contratos de prestação de serviços
- ii) processos relacionados ao transporte
- iii) controles internos relativos à segurança pessoal e patrimonial
- iv) controles internos relativos à gestão dos recursos de utilidades (eletricidade e água)

O tema da **fiscalização técnica** de contratos de prestação de serviços foi excluído do escopo devido à ação de consultoria sobre a metodologia de glosas nesses contratos, atualmente em curso, que busca estabelecer parâmetros para o cálculo de glosas, que costumam ser apuradas na fiscalização técnica. Buscando ter uma diretriz consistente nestas avaliações, a AudIn se absteve de fazer avaliações e recomendações nestes processos até que a consultoria seja concluída. O escopo foi delimitado considerando também a auditoria mais recente realizada na Prefeitura Universitária, focada no campus de São Carlos, em 2020. Devido ao fato de muitas recomendações estarem em processo de implementação com relação ao campus SC, a AudIn abordou controles internos relativos à fiscalização administrativa de contratos (reavaliação) e transportes (novos controles), nesta auditoria.

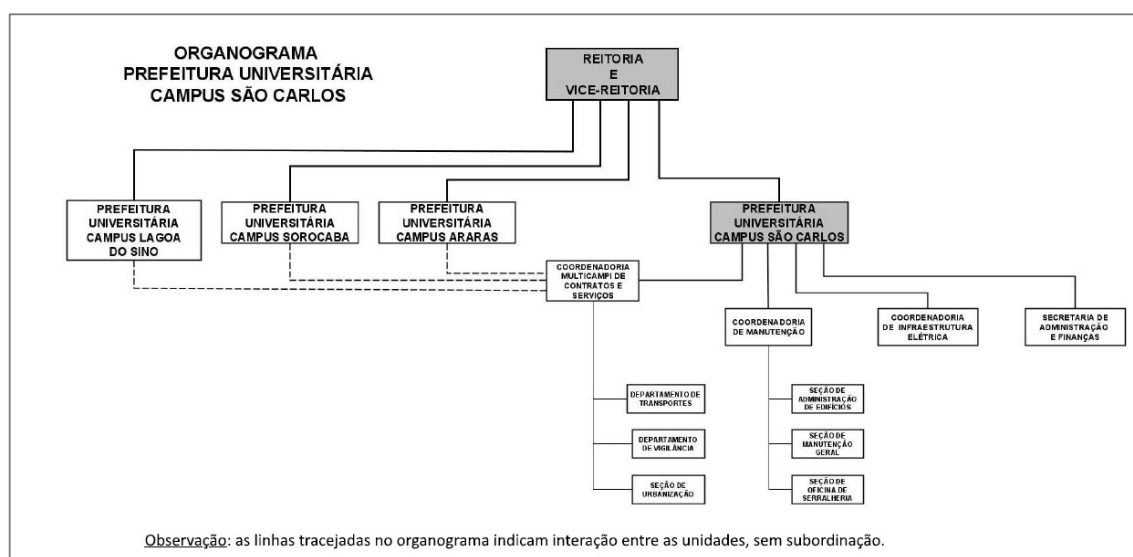
A metodologia utilizada nesta auditoria consistiu na aplicação da ferramenta “Matriz de Riscos”, na qual são identificados os riscos e pontuados os aspectos de probabilidade e impacto de cada um, para sua posterior classificação em níveis de riscos.

A pontuação foi feita com base na experiência da Auditoria, prezando pela coerência e relatividade entre os riscos. A matriz utilizada é uma adaptação dos modelos FONAI-MEC¹ e da “Planilha Documentadora”² do Ministério da Economia (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), os quais figuram como parte de uma metodologia amplamente difundida no âmbito das auditorias internas das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). A auditoria buscou realizar testes substantivos e de controle relativos a todos os riscos, desde que viáveis, com a exceção daqueles considerados de nível baixo.

1.2. AS PREFEITURAS UNIVERSITÁRIAS

As Prefeituras Universitárias estão subordinadas à Reitoria e são independentes entre si, embora tenham processos que perpassam unidades da Prefeitura Universitária de São Carlos para além de outras PUs, como pode ser observado no Organograma da PU-SC (Figura 1). Neste organograma encontram-se também as unidades internas da PU-SC. A PU-So conta com a estrutura apresentada na Figura 2.

Figura 1: Organograma da Prefeitura Universitária Campus São Carlos

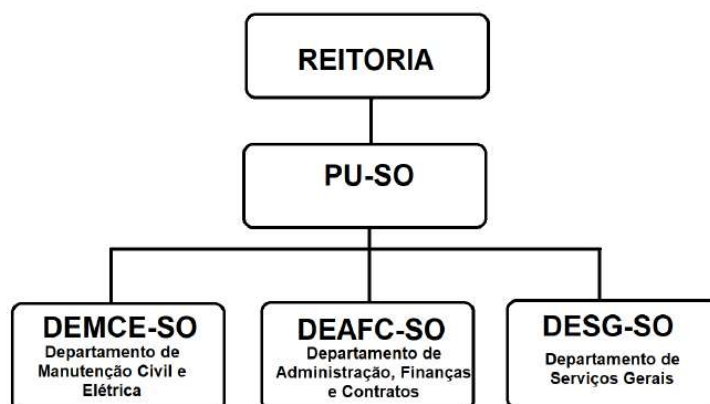


Fonte: Resposta SA01-P02-2023.

¹ Versão foi disponibilizada durante o curso de capacitação “A Atuação da Unidade de Auditoria Interna” da associação FONAI-MEC, entre os dias 10/10/2018 e 14/10/2018 em São Paulo.

² A “Planilha Documentadora” do MPOG foi acessada no link <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/control-interno/planilha-documentadora-20-02-2017-2.xlsx/view>, último acesso na data de 14/03/2019.

Figura 2: Organograma Prefeitura Universitária – Campus Sorocaba



Fonte: Prefeitura Universitária – Campus Sorocaba (Resposta SA01-P02-2023)

A PU-Ar, por sua vez, conta com as seguintes unidades e respectivas responsabilidades (Resposta SA01-P02-2023):

- Secretaria: atende as rotinas administrativas da PU-Ar
- Engenharia: atende as demandas de engenharia civil do campus;
- Seção Agrícola: atendem as demandas relacionadas às áreas verdes e operação de máquinas e implementos agrícolas;
- Seção de Transportes - atende as rotinas administrativas da PU-Ar e da Seção de Transportes e as demandas relacionadas à frota de veículos e máquinas, como manutenção preventiva e corretiva;
- Seção de Serviços Gerais - segurança do campus, atende a demanda elétrica do campus e limpeza.
- Estação Experimental de Valparaíso: não há servidores da PU-Ar lotados.

Já a Prefeitura Universitária de Lagoa do Sino não conta com divisões, departamentos, ou seções individualizadas (Resposta SA01-P02-2023).

As Prefeituras terceirizam diversas atividades, sendo algumas em contratos que abrangem múltiplos campi. Dentre elas estão:

- Manutenção Civil e Elétrica

- Limpeza e conservação predial
- Manutenção predial
- Manutenção de áreas verdes
- Poda e supressão de árvores
- Motorista
- Gerenciamento e Manutenção de Frota
- Vigilância
- Serviços Gerais
- Portaria
- Dedetização
- Coleta Seletiva
- Manutenção Elevadores
- Limpeza de Caixa d'Água
- Recarga e manutenção de extintores
- Chaveiro
- Manutenção de Ar-Condicionado
- Manutenção bebedouros, colunas d'água, purificadores

1.3. QUESTÕES DE AUDITORIA

Foram formuladas 8 questões e 6 subquestões de auditoria para os campi de AR, SO, LS. Para o campus de SC foram aplicadas 4 subquestões, concentradas no processo de fiscalização administrativa (Tabela 1), devido ao fato do campus de SC ter passado por auditoria interna extensa em 2020, que resultou em recomendações ainda pendentes. A Matriz de Planejamento, contendo mais detalhes sobre o planejamento e testes para responder às questões de auditoria, encontra-se no Anexo 3 a este relatório.

Tabela 1: Questões e Subquestões de Auditoria

ID da questão	Processo	Questão	Subquestão	Aplicável aos campi:
1	Geral	A PU tem controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais ou patrimoniais?	-	SO AR LS
2		A PU tem controles internos visando a realização de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio?	-	SO AR LS
3		A PU conta com controles internos para mitigar a perda ou furto de bens patrimoniais?	-	SO AR LS
4	Utilidades	Há controles internos visando compatibilizar a demanda contratada de energia elétrica e aquela efetivamente consumida?	-	SO AR LS
5		Há esforços para evitar desperdícios ou perda de eficiência no uso de água e EE?	-	SO AR LS
6.1	Fiscalização Administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de MO	As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)	Estão sendo verificadas evidências de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União?	SC SO AR LS
6.2			Têm sido verificadas certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado?	SC SO AR LS
6.3			Tem-se verificado a Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)?	SC SO AR LS
6.4			Tem-se verificado a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)?	SC SO AR LS
7.1	Transportes	A Portaria GR 77/2013 está sendo cumprida nos casos de liberação de automóveis para uso pelos servidores?	O servidor conta com CNH vigente e autorização do reitor ou gestor designado?	SO AR LS
7.2			O Termo de Responsabilidade do Condutor foi assinado?	SO AR LS
8		O combustível sendo cobrado pela prestadora de serviços NEO corresponde ao combustível consumido?	-	SO AR LS

Para responder às questões, foram realizados 7 testes substantivos para os campi de AR, SO, LS e 4 testes para o campus de SC e verificada a existência de controles internos para a mitigação de riscos considerados extremos, altos ou moderados, conforme a Matriz de Riscos (Anexo 1). As constatações e recomendações encontram-se em detalhe no Capítulo II: Resultados dos Exames e Recomendações.

II. RESULTADOS DOS EXAMES E RECOMENDAÇÕES

2.1. PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – SOROCABA

2.1.1. AVALIAÇÕES PU-So

A AudIn questionou a PU-So sobre a existência de “controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais ou patrimoniais”, buscando responder à **Questão 1**. A PU-So informou que os controles internos nos serviços prestados por terceiros englobam exigências contratuais relacionadas a equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) e treinamento nas respectivas Normas Brasileiras Regulamentadoras (NBRs). Os fiscais de contrato são responsáveis pela verificação e registro do atendimento a esses requisitos (Resposta à SA03-P02-2025). Para os servidores, foi informado que estes recebem treinamento de combate a incêndio e uso de extintores anualmente. Esta questão de auditoria teve como intuito entender se há controles suficientes para garantir que os servidores, tanto quanto os prestadores de serviços, realizem suas atividades reduzindo ao máximo a ocorrência de acidentes causados, em especial, pelo uso de seus equipamentos e veículos. Desta forma, sugere-se que sejam aprimorados os controles internos relativos às atividades dos servidores, de maneira mais rigorosa, abrangendo normas técnicas, EPIs e protocolos de segurança no manuseio de equipamentos. Haja vista as limitações de recursos humanos, financeiros e as diferentes complexidades de cada atividade, esta melhoria é registrada a título de sugestão.

Respondendo à **Questão 3**: “A PU conta com controles internos para mitigar a perda ou furto de bens patrimoniais?”, a Prefeitura Universitária de Sorocaba informou que o campus conta com monitoramento por câmeras e rondas de vigilantes patrimoniais (Resposta à SA03). Além disso, desde 2021, é realizada uma contagem anual dos bens patrimoniais cadastrados junto à PU-So que, apesar de não ter sido finalizada em 2022 (Resposta à SA05), continuou em andamento em 2023. Como a PU-So já implementou uma rotina documentada de controle dos bens, além das medidas de segurança externa, considera-se que já há controles internos para mitigar o risco de perda ou furto.

Como forma de complementar este controle, sugere-se que seja dada atenção especial aos itens de maior valor, como por exemplo, notebooks e as chaves dos automóveis, para que sejam armazenados preferencialmente em armários e gaveteiros com tranca a chave. Reforça-se ainda a continuidade e assiduidade da verificação anual dos bens patrimoniais, para dar efetividade a este controle interno no longo prazo.

Respondendo à **Questão 4**: “Há controles internos visando compatibilizar a demanda contratada de energia elétrica e aquela efetivamente consumida?”, a PU-So informou que executa um processo de estudo da demanda, anual ou semestralmente, para avaliar a possibilidade de ajuste na demanda contratada de energia elétrica. Apresentou ainda um documento com estudo técnico de 2022 que resulta em proposta de alteração da demanda contratada para os campi de São Carlos e Sorocaba, assim como evidências de solicitação desta alteração junto à CPFL, para o campus de Sorocaba (Resposta SA05). Desta forma, conclui-se que o controle interno está implementado, fornecendo segurança razoável de que a demanda contratada é ajustada periodicamente conforme a demanda utilizada. Haja vista que a estrutura dos campi está em constante evolução, podendo provocar mudanças no consumo de energia elétrica, a AudIn reforça a necessidade deste processo ser efetuado de forma regular e criteriosa, para evitar inconsistências no longo prazo e penalidades por uso excessivo da demanda. Por ter, ainda, natureza altamente técnica, sugere-se que seja criado um manual estabelecendo os critérios e periodicidade para fazer a avaliação, evitando-se que o processo e conhecimento se percam no futuro.

Ao tentar responder à **Questão 5**: “Há desperdícios ou perda de eficiência no uso de água e EE?” a AudIn questionou a PU-So sobre os controles internos relacionados à i) evitação de desperdício no consumo, ii) evitação de perda na rede elétrica, encanamento, infraestrutura em geral e iii) estudo de outras tecnologias ou formas de fornecimento (ex. mercado livre de energia).

A PU-So respondeu explicando que algumas ações como a instalação de hidrômetros para medição de consumo de água nos prédios e o monitoramento dos níveis de corrente e tensão na entrada de energia do campus e medidos de energia em alguns prédios do campus (Resposta à SA02). No entanto, por problemas em equipamentos e ausência de infraestrutura adequada para medição, o monitoramento está prejudicado. Além disso, não há estratégias e controles visando o consumo eficiente, ou de retroalimentação para o consumo energético (Resposta à SA02).

Desta forma, considera-se que não há uma estratégia com ações regulares para o monitoramento e melhoria da eficiência no consumo de recursos no campus Sorocaba. Buscar essa eficiência é importante do ponto de vista de sustentabilidade e pela possibilidade de liberar recursos para outras ações no âmbito da universidade. Haja vista os recursos humanos escassos e o volume de carga de trabalho das prefeituras universitárias, a AudIn deixa como sugestão, que as prefeituras universitárias ajam de forma coordenada para compartilhar boas práticas de redução do desperdício, soluções tecnológicas que já se comprovaram viáveis e outras iniciativas, possivelmente em cooperação com a área acadêmica, de levantar as oportunidades viáveis de serem implementadas. Esta sugestão visa aproveitar as

oportunidades passíveis de serem implementadas com o capital e pessoal disponíveis, capturando benefícios para a instituição, da forma mais eficiente possível.

Para responder à **Questão 7**, “A Portaria GR nº 77/2013 está sendo cumprida nos casos de liberação de automóveis para uso pelos servidores?”, buscou-se resposta para duas subquestões:

- O servidor conta com CNH vigente e autorização do reitor ou gestor designado?
- O Termo de Responsabilidade do Condutor foi assinado?

A Portaria GR nº 77/2013, disponível em <<https://www.ufscar.br/gestao/prefeitura-universitaria-portaria-gr-077-213-regulamenta-utilizacao-de-veiculos-oficiais>>, regulamenta a utilização de veículos de transporte de passageiros da UFSCar.

Através de um teste substantivo das viagens com solicitação de veículo pelo servidor para os meses de fevereiro, março, setembro e novembro de 2022, avaliou-se que o uso dos veículos ocorreu com a comprovação de CNH e autorização vigente do reitor ou gestor designado, como manda a Portaria GR nº 77/2013, de forma geral. No entanto, verificou-se um caso em que a autorização para dirigir tinha data de vencimento durante a viagem do servidor, após o seu início, apesar de ainda contar com CNH vigente. Desta forma, embora não haja norma em contrário para casos como este, sugere-se que a PU-So garanta que haja sempre autorização válida para todo o período de uso do veículo pelo servidor, renovando-a se necessário.

Verificou-se, nas permissões de uso de veículo pela PU-So e pelos demais campi, que o Termo de Responsabilidade do Condutor é aplicado de forma diversa do esperado pelo texto da Portaria, o qual será discutido mais adiante neste relatório.

A **Questão 8**, “O combustível sendo cobrado pela prestadora de serviços NEO corresponde ao combustível consumido?”, busca avaliar se há inconsistências quanto às cobranças de combustível pela empresa NEO, empresa contratada para o gerenciamento e manutenção da frota de veículos da UFSCar. Para respondê-la, foi aplicado um teste substantivo para verificar se todas as cobranças de combustível presentes nos relatórios emitidos pela NEO a cargo da UFSCar, contavam com cupom fiscal emitido pelos postos de gasolina, pelo qual verificou-se que todas as cobranças contavam com comprovação fiscal.

2.1.2. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES - PU-So

- ### **2.1.2.1. CONSTATAÇÃO:** Oportunidades de melhoria nos controles internos referentes à manutenção preventiva dos equipamentos

CAUSA: Mão-de-obra reduzida, fragilidades na documentação de atividades da unidade

ANÁLISE DA AUDIN:

Quando questionada sobre a existência de controles internos da manutenção preventiva dos equipamentos (**Questão 2:** A PU tem controles internos visando a realização de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio?), a PU-SO informou que ela é aplicável à manutenção predial, elétrica e de elevadores (Resposta à SA02-P02-2023). A PU-SO apresentou registros completos, recentes, com data das últimas manutenções realizadas pela própria PU. Isso demonstra um bom trabalho em realizar as inspeções, registrá-las e indicar as manutenções que devem ser feitas. No entanto, não ficou claro se há um cronograma com periodicidade pré-estabelecida e uma listagem de referência de todos os equipamentos, que são elementos necessários para o critério de auditoria. Conforme Respostas à SA02 e SA03, há indicativos de necessidade de manutenção na rede elétrica de baixa tensão, porém, que não ocorrem. Foi informado que a rede elétrica de média tensão requer manutenção anualmente, porém, nos registros apresentados, há manutenções elétricas que foram anotadas na coluna “trimestralmente”.

Na ausência de um cronograma prévio consistente, não é possível saber a totalidade de geradores, plataformas etc. que requeriam inspeção, nem em que época ela deveria ter sido realizada (ou seja, falta um critério de auditoria), impedindo um teste para avaliar se a execução foi coerente com o plano de manutenções.

Desta forma, ressaltamos o bom trabalho no registro da efetiva execução das manutenções e dos registros, mas recomenda-se que seja criado um documento único com a listagem de referência dos equipamentos que devem receber manutenção e a periodicidade.

2.1.2.1.1. RECOMENDAÇÃO: Criar lista com a referência de equipamentos que requerem manutenção preventiva e a periodicidade da manutenção.

2.1.2.2. CONSTATAÇÃO: Inconsistências na documentação de fiscalização administrativa exigida pela IN nº 05 de 26/05/2017

CAUSA: Falta de robustez nas instruções de trabalho relacionadas à fiscalização

ANÁLISE DA AUDIN: A **Questão 6** e suas 4 subquestões, quais sejam:

- **Questão 6:** As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)
 - Estão sendo verificadas evidências de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União?
 - Têm sido verificadas certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado?
 - Tem-se verificado a Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)?
 - Tem-se verificado a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)?

têm o objetivo de avaliar o cumprimento dos itens 2.1., b.1-b.4), do Anexo VIII-B referente à Fiscalização Administrativa da IN nº 05/2017, em contratos de serviço com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Assim, a AudIn realizou testes para verificar a consistência da referida documentação nos processos controlados pela PU-So, a partir de amostras referentes aos meses de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2022 para as 3 empresas prestadoras de serviço à época com dedicação exclusiva de mão-de-obra. Constatou-se que a documentação, no todo, é verificada pela PU-So, porém há inconsistências, devido à ausência de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) de uma das empresas contratadas para todos os períodos amostrados. Desta forma, é essencial que a PU-So aprimore os controles internos no processo de checagem da documentação.

2.1.2.2.1. RECOMENDAÇÃO: Aprimorar os controles internos na checagem da documentação de fiscalização administrativa (itens 2.1., b.1-b.4 do Anexo VIII-B da IN nº 05/2017) em contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

2.2. PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – ARARAS

2.2.1. AVALIAÇÕES PU-Ar

Respondendo à **Questão nº 5**, “Há esforços para evitar desperdícios ou perda de eficiência no uso de água e EE?”, a PU-Ar apresentou os projetos mais recentes visando a eficiência no uso desses recursos: houve a substituição de todas as lâmpadas do Centro de Ciências Agrárias por lâmpadas LED em 2018 e a instalação de duas usinas fotovoltaicas no Prédio Central/Bloco A em 2020 (Resposta à SA02). A AudIn-UFSCar estende o seu reconhecimento aos gestores responsáveis por esses projetos notáveis. No entanto, a PU-Ar informou não haver um programa regular de busca por soluções viáveis buscando ganhos constantes de eficiência no uso dos recursos ou evitação de perdas (ex. avaliação da rede de distribuição, caça-vazamentos na rede hidráulica, políticas de conscientização, medição e monitoramento do consumo), conforme a Resposta à SA04. Porém, a escassez de recursos humanos na PU-Ar (3 servidores) restringe a capacidade operacional de ir além das demandas prementes das prefeituras universitárias. Desta forma, a título de sugestão, a AudIn recomenda que as prefeituras universitárias ajam de forma coordenada para compartilhar boas práticas de redução do desperdício, soluções tecnológicas que já se comprovaram viáveis e outras iniciativas, possivelmente em cooperação com a área acadêmica, de levantar as oportunidades viáveis de serem implementadas. Esta sugestão visa aproveitar as oportunidades passíveis de serem implementadas com o capital e pessoal disponíveis, capturando benefícios para a instituição, da forma mais eficiente possível.

Para responder à primeira subquestão da **Questão nº 7**, “O servidor conta com CNH vigente e autorização do reitor ou gestor designado?”, como parte do cumprimento da Portaria GR nº 77/2013 que rege o uso de veículos da Universidade por servidores, a AudIn avaliou 30% dos 28% casos de solicitação de veículos em 2022, selecionados aleatoriamente. Em todos os casos, verificou-se que o servidor contava com CNH e autorização oficial vigentes quando lhe foi concedido o uso do automóvel.

A AudIn realizou testes substantivos, com o mesmo método de amostragem previamente citado para os demais campi, para responder à **Questão nº 8**: “O combustível sendo cobrado pela prestadora de serviços NEO corresponde ao combustível consumido?”. Verificou-se que todos os abastecimentos atribuídos à UFSCar em relatórios emitidos pela NEO contavam com o respectivo cupom fiscal.

2.2.2. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PU-Ar

2.2.2.1. CONSTATAÇÃO: Oportunidades de melhoria nos controles internos referentes à prevenção de acidentes durante a execução de trabalhos por funcionários terceirizados e servidores lotados na PU-Ar

CAUSA: Mão-de-obra reduzida, fragilidades na documentação de atividades da unidade

ANÁLISE DA AUDIN: Para avaliar a **Questão 1**, “A PU tem controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais ou patrimoniais?”, a PU-Ar foi questionada sobre os controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais e patrimoniais. Os trabalhos de competência da PU envolvem uso de maquinário, equipamentos motorizados, ferramentas cortantes, manutenção de estruturas, entre outros, os quais podem resultar em acidentes com danos a pessoas e ao patrimônio privado e público.

A PU-Ar informou que há a verificação regular do uso de uniformes, EPIs e EPCs pelos funcionários terceirizados. Há ainda um ambulatório para prestar primeiros socorros em caso de acidente (Resposta à SA02). No entanto, foi informado que não são feitos registros dessas checagens (Resposta à SA04), sendo impossível evidenciar a sua eficácia.

Desta forma, recomenda-se que seja adotada maior formalização nos controles internos para mitigar o risco de acidentes, através de lista de checagem, formalização de frequência da checagem, anotação da falta de uso de EPI's, EPC's ou adoção de medidas de segurança (ex. sinalização e isolamento de áreas em obras ou manutenção) e formalização das medidas para prevenir reincidências. No caso de serviços por empresas contratadas, destacamos a necessidade de respeitar os termos de fiscalização estabelecidos no edital, termo de referência, IMR e contrato.

1.1. RECOMENDAÇÃO: registrar as checagens relativas a itens de segurança conforme estabelecido no contrato ou termo de referência.

2.2.2.2. CONSTATAÇÃO: Oportunidades de melhoria nos controles internos referentes à identificação e execução de manutenções preventivas

CAUSA: Mão-de-obra reduzida, fragilidades na documentação de atividades da unidade

ANÁLISE DA AUDIN: Ao avaliar a **Questão nº 2**, “A PU tem controles internos visando a realização de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio?”, a AudIn questionou a PU-Ar sobre as rotinas de manutenção preventiva, buscando avaliar se ela é realizada consistentemente, conforme a periodicidade pré-estabelecida. A PU-Ar informou que, atualmente, não há rotinas de manutenção preventiva e que a manutenção realizada é majoritariamente corretiva.

A AudIn considera que é importante as Prefeituras identificarem, de forma independente, os equipamentos que requerem manutenção preventiva, estabelecer quais substituições e reparos devem ser feitos e o cronograma para tal, conforme indicação do fabricante do equipamento, pois previne falhas, acidentes, paradas não programadas, custos operacionais e ineficiências de processo. Ter este levantamento também permite o controle e governança dos equipamentos, auxiliando na contratação destes serviços de manutenção (no caso de terceirização).

Desta forma, recomenda-se que a PU-Ar faça um levantamento dos equipamentos e a manutenção preventiva requerida. Será importante comparar esse levantamento aos serviços de manutenção prestados atualmente, para avaliar se serviços adicionais devem ser contratados.

2.1 RECOMENDAÇÃO: Fazer levantamento de equipamentos do campus que possam precisar de manutenção preventiva e implementar controles internos para garantir que essa manutenção preventiva seja realizada.

2.2.2.3. CONSTATAÇÃO: Oportunidades de melhoria nos controles internos referentes aos bens patrimoniais sob guarda da PU-Ar

CAUSA: Recursos humanos reduzidos; ausência de políticas visando a institucionalização dos processos

ANÁLISE DA AUDIN: No tocante à **Questão nº 3**, “A PU conta com controles internos para mitigar a perda ou furto de bens patrimoniais?”, a PU-Ar informou que os controles internos incluem rondas de vigilantes patrimoniais e sistema de monitoramento por câmeras (Resposta à SA02). Embora sejam controles importantes para evitar furtos, a PU-Ar informou que não faz contagens ou checagens periódicas do seu inventário patrimonial. Este controle em específico é considerado importante para ressaltar a importância da guarda adequada dos bens, evitar perda e furto e manter os registros patrimoniais atualizados, o qual prejudica a confiabilidade dos relatórios financeiros. Desta forma, recomenda-se que seja feita uma verificação periódica dos bens patrimoniais, respeitados os recursos humanos disponíveis, e

reforçados outros controles que a PU julgue importantes como, por exemplo, avaliar quais bens devem ser mantidos sob tranca com chave.

3.1. RECOMENDAÇÃO: Checagem física periódica dos bens patrimoniais cadastrados sob responsabilidade da PU-Ar.

2.2.2.4. CONSTATAÇÃO: Ausência de formalização de processo de estimativa de demanda (potência) de energia elétrica contratada

CAUSA: Recursos humanos reduzidos; ausência de políticas visando a institucionalização dos processos

ANÁLISE DA AUDIN: A **Questão nº 4** “Há controles internos visando compatibilizar a demanda contratada de energia elétrica e aquela efetivamente consumida?”, visa avaliar se não há ineficiência de custos devido ao uso inferior à demanda (potência) contratada junto à companhia de energia elétrica ou multas por ultrapassagem. A PU-Ar informou que é feita uma estimativa informal para fins de orçamento anualmente, com base na demanda utilizada no ano anterior (Resposta à SA02). No entanto, isso é feito de forma genérica e não a partir de uma instrução de trabalho formalizada.

A estimativa da demanda requer uma avaliação técnica por profissional qualificado. Como tanto o uso abaixo do nível contratado quanto a ultrapassagem implicam em ineficiência de custos (recursos que podem ser usados para outros fins no âmbito da universidade), também é importante contar com uma margem de segurança, avaliar a sazonalidade e considerar os períodos em que é permitido requisitar alterações. Portanto, é importante que estes fatores sejam formalizados em um processo institucionalizado e que as estimativas e pedidos de alteração fiquem documentados. Nesta auditoria, verificou-se que a PU-So realiza esta estimativa periodicamente e solicita alterações junto ao fornecedor, podendo servir como referência para as demais PUs.

2.2.2.4.1. RECOMENDAÇÃO: institucionalizar processo regular de estimativa da demanda (potência) de energia elétrica

2.2.2.5. CONSTATAÇÃO: Inconsistências na verificação de comprovações de fiscalização administrativa de empresas contratadas com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

CAUSA: Falta de conhecimento consolidado e uniformizado entre fiscais sobre os requisitos necessários para a verificação.

ANÁLISE DA AUDIN: Para responder à **Questão nº 6** “As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)”, realizou-se um teste abrangendo todos os contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra vigentes em 2022, nos meses amostrados de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2022. A Questão busca verificar o atendimento aos principais requisitos listados no ANEXO VIII-B da IN nº 05/2017. A Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) foram apresentadas em situação de validade.

No entanto, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) apresentada para uma das três empresas foi emitida em janeiro e junho de 2022, com validade de 180 dias. Embora as certidões apresentadas fossem negativas, a comprovação de regularidade, segundo a IN nº 05/2017 deve ser feita mensalmente, antes de ser feito o pagamento à empresa, já que a situação pode sofrer alterações dentro dos 6 meses. Desta forma, recomenda-se que uma nova consulta seja feita a cada mês e que somente tal certidão seja considerada para atendimento à fiscalização administrativa, independentemente de certidões anteriores estarem dentro da validade.

2.2.2.5.1. RECOMENDAÇÃO: Exigir Certidão Negativa de Débitos com data de emissão dentro do respectivo mês de pagamento à empresa contratada sujeita à fiscalização administrativa prevista no item 2.1.b.4., ANEXO VIII-B da IN nº 05/2017.

2.3. PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – LAGOA DO SINO

2.3.1. AVALIAÇÕES PU-LS

Buscando responder à **Questão nº 5**, “Há esforços para evitar desperdícios ou perda de eficiência no uso de água e EE?”, a PU-LS informou que o campus conta com torneiras de fechamento automático, lâmpadas LED e placas de conscientização sobre o consumo de água em alguns locais (Ata Reunião 24/07/2024). Desta forma, é possível dizer que a PU-LS conta com controles internos relevantes. No entanto, sabe-se que há outras oportunidades de ganho de eficiência que podem ser exploradas como estudos de desperdício, perdas de energia na rede de distribuição, vazamentos de água na tubulação, tecnologias mais avançadas, a compra de energia no mercado livre, entre outras. Essas oportunidades devem ser vislumbradas considerando a equipe diminuta da PU-LS (2 servidores) e escassez de capital para investimento. Desta forma, sugere-se que essas oportunidades sejam estudadas e priorizadas, considerando a viabilidade e benefícios que podem proporcionar, conforme as possibilidades da PU-LS.

Respondendo à **Questão nº 8**, sobre a consistência dos valores de combustível constantes do relatório da empresa NEO, a PU-LS apresentou cupons fiscais para os abastecimentos constantes do relatório em um teste para os meses amostrados de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2022, exceto para 2 casos dentre 59 (3%). A PU-LS esclareceu que ambos os casos, ocorridos dentro de 4 dias e com o mesmo veículo, ocorreram em período em que ele esteve cedido à PU-SC, tratando-se de uma circunstância de exceção. Desta forma, há segurança razoável de que os controles internos para garantir consistência nas cobranças do combustível estão adequados.

2.3.2. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES – PU-LS

2.3.2.1. CONSTATAÇÃO: Oportunidades de melhoria referente aos controles internos para a segurança pessoal e patrimonial na execução do trabalho de servidores da PU-LS e na fiscalização do trabalho de funcionários de terceirizadas

CAUSA: Cultura de gestão de riscos ainda incipiente na Universidade.

ANÁLISE DA AUDIN: Para responder à **Questão nº 1**, “A PU tem controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais ou patrimoniais?”, a PU-LS respondeu que não conta ainda com controles internos institucionais específicos para garantir a segurança dos servidores durante as suas atividades, que envolvem o uso do veículo oficial, acompanhamento in loco de reformas, serviços de manutenção, jardinagem, entre outros (Ata Reunião dia 24/07/2024). Informou ainda que durante a fiscalização técnica de serviços prestados por terceiros, é observado se são seguidas as regras de segurança

estabelecidas em contrato, porém não são feitos registros sobre este aspecto na fiscalização técnica, faltando, portanto, evidências dessa fiscalização. Sendo o risco de acidentes um risco de alto impacto, pelas consequências que podem ter sobre a integridade envolvidas, do patrimônio público e privado, custos e eficiência operacional da instituição, há a oportunidade de melhorar os controles internos para mitigá-lo. Desta forma, conforme já apontado também para as demais prefeituras universitárias, recomenda-se estabelecer regras internas e controles visando o trabalho seguro para os servidores (ex. medidas de segurança no uso com veículos, EPI que deve ser usado para cada atividade, entre outros). Para a fiscalização do aspecto de segurança do trabalho dos terceiros, recomenda-se formalizar as verificações, registrando as irregularidades e notificando a empresa formalmente, observando os limites contratuais e do termo de referência.

2.3.2.1.1. RECOMENDAÇÃO: Melhoria dos controles internos referentes à segurança para os servidores da PU-LS durante a execução de suas atividades e do trabalho dos funcionários terceirizados durante a fiscalização técnica.

2.3.2.2. CONSTATAÇÃO: Oportunidade de melhoria nos controles internos referentes à manutenção preventiva de equipamentos.

CAUSA: Cultura de gestão de riscos ainda incipiente na Universidade; escassez de recursos humanos disponíveis.

ANÁLISE DA AUDIN: Para responder à **Questão nº 2**, “A PU tem controles internos visando a realização de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio?”, a PU-LS informou a AudIn que os veículos oficiais, equipamentos de ar-condicionado e extintores estão sujeitos a manutenção. A manutenção dos aparelhos de AC é feita de forma terceirizada, a manutenção dos veículos é controlada por etiquetas de quilometragem, sendo parcialmente registrada nos sistemas da empresa NEO e a manutenção dos extintores controlada pela PU-LS (Resposta à SA13-P02-2023). Verificou-se a oportunidade de melhoria nos controles internos a partir do destaque dado para a necessidade de manutenções preventivas para o gerador e a bomba do poço artesiano (Resposta à SA13-P02-2023). Além disso, foi mencionada a oportunidade de validar se todas as manutenções preventivas, atendimento à legislação e riscos relacionados à fossa séptica estão sendo endereçados (vide ata da reunião do dia 24/07/2024). Acredita-se que a PU-LS se beneficiaria de um levantamento holístico de todos os equipamentos do campus que possam precisar de manutenção preventiva e

seja definida a frequência e forma de execução da manutenção. Verificou-se também a oportunidade de unificar os controles da manutenção preventiva dos veículos em um sistema único, para tornar o controle mais eficiente e confiável. Quanto aos extintores, buscou-se fazer um teste para avaliar a qualidade dos controles internos, verificando se a manutenção anual vinha sendo realizada. No entanto, devido à diminuta equipe de dois servidores, foi possível concluir a ata de preços para a prestação do serviço somente em 2023, com início dos serviços em 2024, evidenciando fragilidades para manter a frequência da manutenção.

2.3.2.2.1. RECOMENDAÇÃO: Realizar levantamento de todos os equipamentos que possam precisar de manutenção preventiva, institucionalizar controles e promover melhorias nos controles internos de manutenção preventiva para garantir confiabilidade e tempestividade.

2.3.2.3. CONSTATAÇÃO: Oportunidades de melhoria nos controles internos referentes aos bens patrimoniais sob guarda da PU-LS

CAUSA: Recursos humanos reduzidos; ausência de políticas visando a institucionalização dos processos

ANÁLISE DA AUDIN: No tocante à **Questão 3**, “A PU conta com controles internos para mitigar a perda ou furto de bens patrimoniais?”, a PU-LS informou que os controles internos correspondem à guarda com tranca de bens de pequeno porte (Resposta à SA02), mas não faz verificações periódicas do inventário. Este controle em específico é considerado importante para ressaltar a importância da guarda adequada dos bens, evitar perda e furto e manter os registros patrimoniais atualizados, evitando prejuízos à confiabilidade dos relatórios financeiros. Desta forma, recomenda-se que seja feita uma verificação periódica dos bens patrimoniais, respeitados os recursos humanos disponíveis.

2.3.2.3.1. RECOMENDAÇÃO: Checagem física periódica dos bens patrimoniais cadastrados sob responsabilidade da PU-LS.

2.3.2.4. CONSTATAÇÃO: Ausência de estimativa da demanda (potência) de energia elétrica contratada.

CAUSA: Cultura de gestão de riscos ainda incipiente na Universidade; escassez de recursos humanos disponíveis.

ANÁLISE DA AUDIN: Respondendo à **Questão nº 4**, “Há controles internos visando compatibilizar a demanda contratada de energia elétrica e aquela efetivamente consumida?”, a PU-LS informou que não conta com controles internos para estimar a demanda de energia elétrica adequada. O processo de estimativa é importante, pois visa avaliar se há ineficiência de custos devido ao uso inferior à demanda (potência) contratada junto à companhia de energia elétrica ou multas por ultrapassagem, ambas as quais são situações com a possibilidade de evitação de gastos.

A estimativa da demanda requer uma avaliação técnica por profissional qualificado. Como tanto o uso abaixo do nível contratado quanto a ultrapassagem implicam em ineficiência de custos (recursos que podem ser usados para outros fins no âmbito da universidade), também é importante contar com uma margem de segurança, avaliar a sazonalidade e considerar os períodos em que é permitido requisitar alterações. Portanto, é importante que esses fatores sejam formalizados em um processo institucionalizado e que as estimativas e pedidos de alteração fiquem documentados. Nesta auditoria, verificou-se que a PU-So realiza esta estimativa periodicamente e solicita alterações junto ao fornecedor, podendo servir como referência para as demais PUs.

2.3.2.4.1. RECOMENDAÇÃO: Realizar estimativas de uso da demanda (potência) de energia elétrica e promover alterações junto ao fornecedor, conforme adequado.

2.3.2.5. CONSTATAÇÃO: Inconsistência no cumprimento das obrigações relativas à fiscalização administrativa, conforme item 2.1.b) do Anexo VIII-B da IN nº 05/2017 em contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra.

CAUSA: Ausência de processo detalhado com os deveres do fiscal administrativo.

ANÁLISE DA AUDIN: Respondendo à **Questão nº 6**, “As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)?”, a PU-LS apresentou extratos do sistema SICAF demonstrando cadastro nos níveis exigidos pelas empresas de serviço de limpeza para os meses amostrados de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2022. No entanto, constatou-se que uma das empresas não contava com informações disponíveis quanto à regularidade fiscal no nível federal em dois dos meses testados e não foram

apresentados os devidos documentos comprobatórios de atendimento a essa exigência. Na resposta à SA13-P02-2023, a PU-LS informou que não contava com documentos complementares em seus arquivos e não tinha meios para confirmar se essa documentação foi checada no período da fiscalização. Portanto, há uma oportunidade para melhorar as instruções de trabalho para os fiscais administrativos sobre as checagens que devem ser feitas, medidas a tomar caso faltem documentos conforme a IN nº 03/2018 sobre o funcionamento do SICAF e registros que devem ser mantidos em arquivo. Essa melhoria do controle interno pode ser promovida através de checklist ou lista de verificação do fiscal administrativo ou qualquer outro meio que julgar conveniente.

2.3.2.5.1. RECOMENDAÇÃO: Implementar melhorias na fiscalização administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra, quanto aos documentos que devem ser checados, medidas a tomar caso faltem documentos e registros que devem ser mantidos em arquivo.

2.3.2.6. CONSTATAÇÃO: Inconsistência no cumprimento da Portaria GR nº 77/2013 sobre a utilização de veículos da UFSCar

CAUSA: Frágil segregação de funções relativas à liberação de uso do veículo; escassez de recursos humanos suficientes

ANÁLISE DA AUDIN: A AudIn realizou um teste substantivo para responder à **Questão nº 7.1**, “O servidor (condutor) conta com CNH vigente e autorização do reitor ou gestor designado?”, avaliando todos os casos de retirada de veículo por servidor, para os meses amostrados de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2023. De 26 ocasiões, verificou-se uma em que o servidor que retirou um veículo não contava com autorização vigente no momento. Identificou-se também um caso em que o servidor recebeu uma autorização para conduzir automóveis da universidade pela duração de 3 anos, contrariando o §3º do art. 10 da Portaria. Isso demonstra que há oportunidade para melhoria dos controles internos na aprovação da autorização para conduzir e na liberação do veículo, de acordo com a vigência da autorização. A AudIn reconhece que a limitação de recursos humanos da PU-LS, com somente 2 servidores à época desta auditoria, fragiliza a qualidade dos controles.

RECOMENDAÇÃO: Implementar melhorias na fiscalização administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra, quanto aos documentos que devem ser checados, medidas

a tomar caso faltem documentos e registros que devem ser mantidos em arquivo.

2.4. PREFEITURA UNIVERSITÁRIA – SÃO CARLOS

2.4.1. AVALIAÇÕES PU-SC

Devido a uma auditoria da Prefeitura Universitária do campus de São Carlos em 2020 e a recomendações ainda em aberto, esta auditoria focou em tópicos ainda não abordados ou que, por envolverem serviços contratados com alta materialidade, deveriam ser testados novamente.

Assim, a **Questão nº 6**, “As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)” e suas subquestões, sobre a verificação da documentação de fiscalização administrativa, foram aplicadas à PU-SC. Em um teste substantivo para os meses amostrados de fevereiro, março, setembro e dezembro de 2022, foi verificada a documentação exigida no item 2.1.b) do Anexo VIII-B da IN nº 05/2017 para todos os contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra vigentes nesse período. Extratos do SICAF ou os documentos listados nos itens b.1), b.3) e b.4) foram apresentados. No entanto, foram apresentados uma Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União e uma Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) que foram emitidos meses antes do mês da respectiva fiscalização (certidão emitida em setembro de 2022 apresentada para fins da fiscalização referente ao mês de dezembro de 2022 e outra emitida em dezembro de 2021 para a fiscalização do mês de fevereiro de 2022). Embora as certidões estivessem dentro do prazo da validade, a situação fiscal e trabalhista poderia ter sido atualizada no interim entre a emissão e o mês de fiscalização. Como a documentação deve ser apresentada mensalmente, o ideal é que as certidões sejam emitidas no período mais próximo possível. Desta forma, a AudIn sugere que esse ajuste seja feito no processo da fiscalização administrativa da PU-SC.

A AudIn avaliou a possibilidade de testes no macroprocesso de Transportes, nos controles internos relacionados às cobranças dos abastecimentos pela NEO e na liberação de veículos para uso pelos servidores, no entanto, devido aos dados disponíveis e notas fiscais já ilegíveis pelo tempo decorrido, não foi possível realizar testes que seriam conclusivos.

2.4.2. CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES – PU-SC

2.4.2.1. CONSTATAÇÃO: Inconsistência na aplicação do Termo de Responsabilidade do Condutor e oportunidades de melhoria de controles internos que visem a segurança dos servidores e preservação dos veículos

CAUSA: Ausência de controles internos de supervisão para a garantia de cumprimento de norma interna

ANÁLISE DA AUDIN: A AudIn buscou responder à Questão nº 7.2, “O Termo de Responsabilidade do Condutor (conforme previsto na Portaria GR 77/2013) foi assinado?”, a cada liberação de veículo para uso pelo servidor. O Termo de Responsabilidade do Condutor requer que o servidor declare que vistoriou o veículo disponibilizado antes de usá-lo e o § 2º do art. 19 prevê que o Termo pode ser assinado com antecedência caso a saída para viagem se dê antes do início do expediente. Depreende-se assim que o intuito da gestão que instituiu a Portaria era de que o servidor assinasse o Termo com cada uso de veículo. Verificou-se, no entanto, que todos os servidores, de todos os campi, assinam o Termo somente no momento de solicitar a autorização para condução de veículos, o qual torna o controle interno menos constante. Desta forma, a AudIn recomenda à Prefeitura Universitária que avalie junto à Gestão quais compromissos acredita serem necessários por parte dos servidores e em qual momento devem ser apresentados em um termo ao servidor (se a cada viagem ou uma única vez) e promover as mudanças na norma ou aplicar o Termo conforme prevê a Portaria atual. Nas reuniões com servidores das prefeituras universitárias, a AudIn registrou preocupações dos servidores quanto à clareza sobre quais medidas tomar em situações adversas com veículo e à segurança. Assim, a AudIn recomenda que, além da avaliação da aplicação do Termo de Responsabilidade do Condutor, que a política de uso dos veículos seja aprimorada como um todo. Algumas oportunidades importantes de serem consideradas (dentre outras que a comunidade universitária, PU e gestão acharem importantes) são:

- a segurança do servidor no uso do veículo, para evitar disponibilizar veículos com problemas técnicos ou com manutenção em atraso
- instruções para o servidor, em caso de acidente ou furto do veículo
- vistoria do veículo antes e após o uso

2.4.2.1.1. RECOMENDAÇÃO: Identificar melhorias e promover a revisão da política de uso dos veículos da universidade.

III. CONCLUSÃO

A auditoria teve como escopo avaliar os controles internos relativos à fiscalização administrativa de contratos de prestação de serviços, processos relacionados ao transporte e controles internos relativos à segurança das prefeituras universitárias dos quatro campi da UFSCar.

Verificou-se que há diferentes níveis de maturidade do controle interno nos diversos temas entre as prefeituras universitárias e que a restrição de recursos humanos impacta diretamente a capacidade de adoção de controles internos mais restritivos. O tema onde há maior oportunidade de melhorias é o relacionado à segurança pessoal e patrimonial nas atividades por servidores e funcionários terceirizados. Em menor grau, há oportunidades de maior controle para garantir que sejam entregues todos os documentos relativos à fiscalização administrativa para contratos com dedicação exclusiva de mão-de-obra e monitoramento do uso da demanda contratada de energia elétrica (o qual pode resultar em benefícios financeiros para a universidade).

O cumprimento da política de transportes da universidade é consistente, com constatações pontuais. No entanto, verificou-se que há a oportunidade de revisar a política de transportes e definir protocolos mais claros para o condutor, visando a sua segurança em caso de acidente e cuidado com os automóveis.

Letícia Bernardes de Mello Grego

Coordenadora de Auditoria Interna

Jaqueline Contarin

Chefe da Seção de Execução de Auditorias

ANEXOS

Anexo 1 – Matriz de Riscos

Matriz de Riscos - Prefeitura Universitária – Campus Sorocaba

Identificação e Análise do Risco						Avaliação do Risco Inerente			Avaliação do Risco Residual						
Processo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Categoria de Risco (COSO-ERM) ¹	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
				Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Geral	Risco de acidente de trabalho com danos pessoais ou patrimoniais	Possibilidade de acidentes considerando trabalho com maquinário pesado, eletricidade, trabalho em altura, entre outros.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, problemas de infraestrutura.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	5	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, ele é executado por diferentes atores, os processos são variados e os eventos podem ocorrer por todo o campus. O impacto foi considerado muito grande devido aos riscos às pessoas e os impactos financeiros e de imagem à universidade.	15		2	Há controles documentados para as atividades realizadas por terceiros. Embora haja controles documentados para as atividades dos servidores, eles não abrangem as atividades rotineiras.	7,5	Risco alto
	Risco de problemas operacionais e financeiros por ausência de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio	Possibilidade de acidentes ou custos adicionais por ausência de manutenção preventiva nos equipamentos	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	4	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, há uma quantidade grande de equipamentos na universidade, o processo é terceirizado e depende de um controle feito pela própria universidade. O impacto foi considerado grande, pois implica em perda de eficiência, perdas financeiras (menor risco de acidentes).	12		2	Não foi apresentado um documento de referência com a frequência para cada equipamento ou comprovante de execução relativo a esta mesma frequência.	6	Risco moderado
	Perda ou furto de bens patrimoniais.	A PU tem a guarda de equipamentos de alto valor (máquinas, ferramentas, veículos), cuja perda ou furto é um prejuízo à administração pública.	Compliance / Operações / Financeiro	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura inadequada para guarda dos bens.	Prejuízo financeiro à administração pública e inconsistência de relatórios financeiros. Prejuízo ao funcionamento da universidade. Danos à imagem.	3	4	O nível de probabilidade foi considerado possível, já que pela quantidade de bens a perda não seria rara, nem a possibilidade de furto, pelo valor. O impacto foi considerado grande, pois embora um único bem possa não representar um valor de grande monta, a sua reposição pode ser cara. Além disso, os impactos abrangem o aspecto financeiro, operacional e de imagem.	12		4	Foi apresentado controle documental de verificação mensal dos itens de patrimônio (Resposta SA03), embora seja feita de forma manual.	3	Risco Baixo
Utilidades	Risco de demanda contratada incompatível com a demanda utilizada (EE)	A demanda contratada pode ser insuficiente para o nível de consumo do campus como pode estar muito acima do necessário, ambos os quais resultam em gastos desnecessários.	Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas desnecessárias	3	3	O nível de probabilidade inerente foi considerado como possível, já que se trata de uma avaliação que requer uma análise regular e acurata em riscos. O impacto foi considerado médio, pois a demanda de energia elétrica tem alguma relevância financeira.	9		2	Na reunião do dia 02/10/2023, a PU-SO informou que há uma avaliação da demanda contratada regularmente, porém ela não é institucionalizada.	4,5	Risco moderado
	Risco de desperdício ou perda de eficiência no uso de água e EE.	O consumo inadequado e causas de perda são desperdícios que, se evitados, resultam em uma economia para a administração pública.	Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura propensa a perda ou incompatível com um consumo consistente.	Despesas desnecessárias	4	3	A probabilidade inerente foi considerada provável já que se trata de um campus grande, com amplos usuários, com maquinário e infraestrutura que requerem manutenção para evitar situações de perda. O impacto foi considerado médio, pois embora a perda seja comumente uma situação de excessão e o consumo excessivo seja marginal, as contas de utilidades representam valores significativos na universidade.	12		1	O controle interno com relação ao consumo de água é pequeno e não institucionalizado. Quanto à EE, ele é inexistente.	12	Risco alto
Fiscalização Administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de MO	Risco de não cumprimento de obrigações de fiscalização administrativa nos contratos pertinentes	O Anexo VIII-B da IN 05/2027 trata as rotinas de fiscalização administrativa a serem executadas pela administração pública	Compliance	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Descumprimento da legislação, riscos de imagem.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível, pois trata-se de grandes contratos com diversos funcionários, assim como diversas verificações exigidas pela PU. O impacto foi considerado médio, devido à não conformidade legal e eventual impacto financeiro trabalhista.	9		1	Controlé é somente o que está contido na própria IV 05/2027.	9	Risco alto
Transportes	Risco de concessão de automóvel a servidor com CNH vencida ou sem a autorização do reitor ou o respectivo servidor designado	A Portaria GR 77/2013 lista o procedimento e documentação necessários para a autorização.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possuem requerer o processo de concessão manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12		2	Conforme ata de reunião, é feita uma verificação na manutenção preventiva e a concessão de veículos por prazo acima da validade da CNH.	6	Risco moderado
	Risco de não assinatura do Termo de Responsabilidade do Condutor	O Termo de Responsabilidade consta da Portaria GR 77/2013 e contém as obrigações do servidor condutor.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possuem requerer o processo de concessão manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12		2	Conforme ata de reunião, há ciência da Portaria e dos Termos que devem ser aplicados.	6	Risco moderado
	Risco de cobrança de combustível pela NED inconsistente com o combustível efetivamente abastecido	A UFSCar é cobrada pela NED pelos valores abastecidos e registrados em sistema próprio. Há o risco de cobranças inconsistentes com a quantidade efetivamente consumida.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas inconsistentes com os valores realmente devidos.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível, pois, na ausência de controles internos, pode haver margem para equívocos na geração dos relatórios e abusos por parte de usuários. O impacto foi considerado médio, pois embora os valores não sejam expressivos comparados ao orçamento, pode haver impactos à imagem.	9		2	O controle interno existente é a checagem de notas fiscais comparadas ao relatórios (ata do reunião 30/10/2023).	4,5	Risco moderado

Matriz de Riscos - Prefeitura Universitária – Campus Araras

Identificação e Análise do Risco						Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual					
Processo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Categoria de Risco (COSO-ERM) ¹	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
				Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Geral	Risco de acidente de trabalho com danos pessoais ou patrimoniais	Possibilidade de acidentes considerando trabalho com maquinário pesado, eletricidade, trabalho em altura, entre outros.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, problemas de infraestrutura.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	5	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, ele é executado por diferentes atores, os processos são variados e os eventos podem ocorrer por todo o campus. O impacto foi considerado muito grande devido aos riscos às pessoas e os impactos financeiros e de imagem à Universidade.	15	É verificado regularmente o uso de EPIs e EPCs (resposta SA02), mas informado que este controle é feito informalmente, sem registros de evidência (SA04).	1	Embora exista a preocupação e haja a execução, ela não é definida quanto a frequência e critérios e não está institucionalizada.	15	Risco crítico
	Risco de problemas operacionais e financeiros por ausência de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio	Possibilidade de acidentes ou custos adicionais por ausência de manutenção preventiva tempestiva nos equipamentos	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	4	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, é terceirizado e depende de um controle feito pela própria universidade. O impacto foi considerado grande, pois implica em perda de eficiência, perdas financeiras (menor risco de acidentes).	12	Não há rotinas de manutenção preventiva (resposta SA02).	0	Embora possivelmente o objeto dos contratos de manutenção tenham atividades preventivas, a PU própria não tem um controle interno para garantir a efetividade de forma permanente.	12	Risco alto
	Perda ou furto de bens patrimoniais.	A PU tem a guarda de equipamentos de alto valor (máquinas, ferramentas, veículos), cuja perda ou furto é um prejuízo à administração pública.	Compliance / Financeiro	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura inadequada para guarda dos bens.	Prejuízo financeiro à administração pública e inconsistência de relatórios financeiros. Prejuízo ao funcionamento da universidade. Danos à imagem.	3	4	O nível de probabilidade foi considerado possível, já que pela quantidade de bens a perda não seria rara, nem a possibilidade de furto, pelo valor. O impacto foi considerado grande pois embora um único bem possa não representar um valor de grande monta, a sua reposição pode ser cara. Além disso, os impactos abrangem o aspecto financeiro, operacional e de imagem.	12	Há um sistema de monitoramento por câmeras e trabalho, rondas de vigilantes (resposta à SA02). Confirmado na SA04 que não há inventário interno.	1	Há controles reativos implementados, o que demonstra uma preocupação quanto à segurança patrimonial, mas controles internos preventivos não são executados nem estão institucionalizados.	12	Risco alto
Utilidades	Risco de demanda contratada incompatível com a demanda utilizada (EE).	A demanda contratada pode ser insuficiente para o nível de consumo do campus como pode estar muito acima do necessário, ambos os quais resultam em gastos desnecessários.	Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas desnecessárias	3	3	O nível de probabilidade inerente foi considerado como possível, já que se trata de uma avaliação que requer uma análise regular e acurada em riscos. O impacto foi considerado médio, pois a demanda de energia elétrica tem alguma relevância financeira.	9	Não há controle interno per se, mas foi informado serem feitas estimativas anualmente (resposta SA02). Confirmado que estimativas são feitas de forma genérica, sem processo institucionalizado (SA04)	1	O processo é executado, porém sem ser formalizado ou estar institucionalizado.	9	Risco alto
	Risco de desperdício ou perda de eficiência no uso de água e EE.	O consumo inadequado e causas de perda são desperdícios que, se evitados, resultariam em uma economia para a administração pública.	Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura propensa à perda ou incompatível com um consumo consciente.	Despesas desnecessárias	4	3	A probabilidade inerente foi considerada provável já que se trata de um campus grande, com amplos usuários, com maquinário e infraestrutura que requerem manutenção para evitar situações de perda. O impacto foi considerado médio, pois embora a perda seja comumente uma situação de excesso e consumo excessivo seja marginal, as contas de utilidades representam valores significativos na universidade.	12	Não há controles internos que visem o consumo consciente de água e EE; a infraestrutura não é adequada para medição individualizada. Houve projetos passados buscando eficiência energética - lâmpadas LED e usinas fotovoltaicas (resposta SA02). Confirmado que não há programa institucionalizado (resposta SA04).	1	Projetos são executados, conforme foi informado, mas a busca pela eficiência de consumo e uso não é regular e institucionalizada.	12	Risco alto
Fiscalização Administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de MO	Risco de não cumprimento de obrigações de fiscalização administrativa nos contratos pertinentes	O Anexo VIII-B da IN 05/2017 traz as rotinas de fiscalização administrativa a serem executadas pela administração pública	Compliance	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Descumprimento da legislação, riscos de imagem.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível, pois trata-se de grandes contratos com diversos funcionários, assim como diversas verificações exigidas pela IN. O impacto foi considerado médio, devido à não conformidade legal e eventual impacto financeiro trabalhista.	9	Controles são aqueles contidos na IN 05/2017; não há mapeamento de processos exclusivos da PU-Ar (resposta SA01).	1	Tarefas devem ser executadas, mas não há controle interno formalizado para garantir a execução.	9	Risco alto
Transportes	Risco de concessão de automóvel a servidor com CNH vencida ou sem a autorização do tutor ou o respectivo servidor designado	A Portaria GR 77/2013 lista o procedimento e documentação necessários para a autorização.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possam requerer e o processo de checagem manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12	Conforme ata de reunião, é feita uma checagem manual pela PU e não são concedidas autorizações por prazo acima da validade da CNH.	2	O controle na forma da Portaria 77/2013 é colocado em prática, conforme informado pela PU.	6	Risco moderado
	Risco de não assinatura do Termo de Responsabilidade do Condutor	O Termo de Responsabilidade consta da Portaria GR 77/2013 e contém as obrigações do servidor condutor.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possam requerer e o processo de checagem manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12	Conforme ata de reunião, há ciência da Portaria e dos Termos que devem ser aplicados.	2	O controle na forma da Portaria 77/2013 é colocado em prática, conforme informado pela PU.	6	Risco moderado
	Risco de cobrança de combustível pela NEO inconsistente com o combustível efetivamente abastecido	A UFSCAR é cobrada pela NEO pelos valores abastecidos e registrados em sistema próprio. Há o risco de cobranças inconsistentes com a quantidade efetivamente consumida.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas inconsistentes com os valores realmente devidos.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível pois, na ausência de controles internos, pode haver margem para equívocos na geração dos relatórios e abusos por parte de usuários. O impacto foi considerado médio, pois embora os valores não sejam expressivos comparados ao orçamento, pode haver impactos à imagem.	9	O controle interno existente é a checagem de notas fiscais comparadas ao relatório (ata reunião Transportes).	2	O controle é realizado, embora não seja documentado.	4,5	Risco moderado

Matriz de Riscos - Prefeitura Universitária – Campus Lagoa do Sino

Identificação e Análise do Risco						Avaliação do Risco Inerente				Avaliação do Risco Residual					
Processo	Evento de Risco	Observações sobre o risco	Categoria de Risco (COSO-ERM) ¹	Causa do Risco		Consequência	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Critérios para Probabilidade e Impacto	Nível de Risco Inerente (A)	Controles Implementados	Maturidade do Controle (B)	Critérios para a Maturidade do Controle	Risco Residual	Classificação do Risco Residual (A/B)
				Fator de Risco	Vulnerabilidade										
Geral	Risco de acidente de trabalho com danos pessoais ou patrimoniais.	Possibilidade de acidentes considerando trabalho com maquinário pesado, eletricidade, trabalho em altura, entre outros.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, problemas de infraestrutura.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	5	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, ele é executado por diferentes stores, os processos são variados e os eventos podem ocorrer por todo o campus. O impacto foi considerado muito grande devido aos riscos às pessoas e os impactos financeiros e de imagem à Universidade.	15		1	Embora haja uma preocupação sobre a importância da segurança dos servidores e situações de risco, não há procedimentos estabelecidos ou práticas regulares de segurança.	15	Risco Crítico
	Risco de problemas operacionais e financeiros por ausência de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio.	Possibilidade de acidentes ou custos adicionais por ausência de manutenção preventiva tempestiva nos equipamentos.	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Perda ou danos às pessoas ou patrimônio da universidade. Prejuízo às atividades da instituição.	3	4	O nível de probabilidade foi classificado como possível, pois embora o evento seja raro, há uma quantidade grande de equipamentos na universidade, o processo é terceirizado e depende de um controle feito pela própria universidade. O impacto foi considerado grande, pois implica em perda de eficiência e perdas financeiras.	12	Informado que é feita a preventiva nos carros, AC e extintores. Lacuna quanto ao operador e bomba do posto artesiano (Resposta SA.13). Controle nos carros e extintores por meio de etiquetas, não é centralizado (Ata).	1	Há ciência dos servidores sobre os riscos (Ata). Porém os controles não são formalizados ou centralizados.	12	Risco Alto
	Perda ou furto de bens patrimoniais.	A PU tem a guarda de equipamentos de alto valor (máquinas, ferramentas, veículos), seja perda ou furto é um prejuízo à administração pública.	Compliance / Operações / Financeiro	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura inadequada para guarda dos bens.	Prejuízo financeiro à administração pública e inexistência de relatórios financeiros. Prejuízo ao funcionamento da universidade. Danos à imagem.	3	4	O nível de probabilidade foi considerado possível, já que pela quantidade de bens a perda não seria rara, nem a possibilidade de furto, pelo valor. O impacto foi considerado grande pois embora um único bem possa não representar um valor de grande monta, a sua reposição pode ser cara. Além disso, os impactos abrangem o aspecto financeiro, operacional e de imagem.	12	Equipamentos de pequeno porte são armazenados em locais com tranca, não há outros controles (Resposta SA02).	1	Há ciência pelos servidores da importância da guarda dos bens, porém não há controles internos institucionalizados.	12	Risco Alto
Utilidades	Risco de demanda contratada incompatível com a demanda utilizada (EE).	A demanda contratada pode ser insuficiente para o nível de consumo do campus como pode estar muito acima do necessário, ambos os quais resultam em gastos desnecessários.	Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas desnecessárias	3	3	O nível de probabilidade inerente foi considerado como possível, já que se trata de uma avaliação que requer uma análise regular e acertada em riscos. O impacto foi considerado médio, pois a demanda de energia elétrica tem alguma relevância financeira.	9	Não há controles internos. (Resposta SA02)	0	Não foi informado sobre qualquer controle, mesmo que informal.	9	Risco Alto
	Risco de desperdício ou perda de eficiência no uso de água e EE.	O consumo inadequado e causas de perda são desperdícios que, se evitados, resultariam em uma economia para a administração pública.	Operações	Pessoa / Processo / Infraestrutura	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários, infraestrutura propensa a perda ou incompatível com o consumo consistente.	Despesas desnecessárias	4	3	A probabilidade inerente foi considerada provável já que se trata de um campus grande, com amplo usuário, com maquinário e infraestrutura que requerem manutenção para evitar situações de perda. O impacto foi considerado médio, pois embora a perda seja comumente uma situação de excesso e o consumo excessivo seja marginal, as contas de utilidades representam valores significativos na universidade.	12	Há controles como torneiras de fechamento automático, lâmpadas LED, placas de conscientização sobre consumo de água em alguns locais (Ata).	2	Há controles implementados através de instalações eficientes, embora não haja uma política consistente e constante de eficiência de recursos.	6	Risco moderado
Fiscalização Administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de MO	Risco de não cumprimento de obrigações de fiscalização administrativa nos contratos pertinentes	O Anexo VIII-B da IN 05/2017 traz as rotinas de fiscalização administrativa a serem executadas pela administração pública	Compliance	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Descumprimento da legislação, riscos de imagem.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível, pois trata-se de grandes contratos com diversos funcionários, assim como diversas verificações e visitas pelo IN. O impacto foi considerado médio, devido à não conformidade legal e eventual impacto financeiro trabalhista.	9	Há somente 2 servidores na Prefeitura Universitária, impossibilitando dupla checagem, revisões, etc. (Resposta SA02). PU-L5 tem conhecimento da fiscalização administrativa que deve ser feita segundo a IN 05/2017 (Ata).	1	PU-L5 tem conhecimento da fiscalização administrativa que deve ser feita segundo a IN 05/2017 (Ata).	9	Risco alto
Transportes	Risco de concessão de automóvel a servidor com CNH vencido ou sem a autorização do reitor ou o respectivo servidor designado	A Portaria GR 777/2013 lista o procedimento e documentação necessários para a autorização.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possam requerer o processo de checagem manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12	A PU-L5 mantém registros dos pedidos e concessões de automóveis (Ata). PU-L5 conta com somente 2 servidores.	2	Controle é executado conforme a Portaria interna, mantendo-se registros.	6	Risco moderado
	Risco de não assinatura do Termo de Responsabilidade do Conduzidor	O Termo de Responsabilidade consta da Portaria GR 777/2013 e contém as obrigações do servidor conduzidor.	Compliance / Operações	Pessoa	Falta de aderência aos processos.	Descumprimento de legislação interna, riscos de imagem, risco pessoal e patrimonial.	3	4	A probabilidade inerente foi considerada possível, devido à quantidade de servidores que possam requerer o processo de checagem manual. O impacto foi considerado alto, devido aos impactos legais, à imagem e financeiros em caso de concessão de carro a servidor inabilitado.	12	A PU-L5 mantém registros dos pedidos e concessões de automóveis (Ata). PU-L5 conta com somente 2 servidores.	2	Controle é executado conforme a Portaria interna, mantendo-se registros.	6	Risco moderado
	Risco de cobrança de combustível pela NED inconsistente com o combustível efetivamente abastecido	A UFSCar é cobrada pela NED pelos valores abastecidos e registrados em sistema próprio. Há risco de cobrança inconsistente com a quantidade efetivamente consumida	Compliance / Operações	Pessoa / Processo	Ausência de processo documentado, falta de aderência aos processos pelos funcionários.	Despesas inconsistentes com os valores realmente devidos.	3	3	A probabilidade inerente foi considerada possível pois, na ausência de controles internos, pode haver margem para equívocos na apuração dos levantados e abastecidos por parte de usuários. O impacto foi considerado médio, pois embora os valores não sejam expressivos comparados ao orçamento, pode haver impactos à imagem.	9	PU-L5 compara recibos aos levantados de combustível da NED antes do pagamento (ata).	2	Há um controle que é executado, porém não está documentado em normas próprias.	4,5	Risco moderado

Anexo 2 - Critérios para classificação da probabilidade e impacto e escala para classificação dos níveis de risco

		Matriz de Riscos				
		1	2	3	4	5
IMPACTO	Muito Grande	5	10	15	20	25
	Grande	4	8	12	16	20
	Moderado	3	6	9	12	15
	Pequeno	2	4	6	8	10
	Insignificante	1	2	3	4	5
		Rara	Improvável	Possível	Provável	Quase certo
		< 10%	>=10% <= 30%	>=30% <= 50%	>=50% <= 90%	>90%

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Anexo 3: Matriz de Planejamento

ID da questão	Processo	Questão	Subquestão	Aplicável aos campi:	Teste	Critério	Informações Requeridas	Fonte de Informação	Possíveis Limitações	Possíveis Achados	Problema/Risco	Responsável pela Execução	Período planejado
1	Geral	A PU tem controles internos para mitigar acidentes com danos pessoais ou patrimoniais?	-	SO AR LS	Verificação de norma ou documento interno prevendo os controles internos e comprovação da sua efetiva execução	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada	Ausência de controles internos, ausência de execução, ausência de registros	Acidentes com perdas humanas e de patrimônio público, riscos para a continuidade das atividades universitárias, riscos para a imagem, risco de processos judiciais	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
2		A PU tem controles internos visando a realização de manutenção preventiva de equipamentos e patrimônio?	-	SO AR LS	Verificação de norma ou documento interno prevendo os controles internos e comprovação da sua efetiva execução	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada	Ausência de controles internos, ausência de execução, ausência de registros	Acidentes com perdas humanas e de patrimônio público, riscos para a continuidade das atividades universitárias, riscos para a imagem, risco de processos judiciais	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
3		A PU conta com controles internos para mitigar a perda ou furto de bens patrimoniais?	-	SO AR LS	Verificação de norma ou documento interno prevendo os controles internos e comprovação da sua efetiva execução	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada	Ausência de controles internos, ausência de execução, ausência de registros	Subtração do patrimônio público	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
4	Utilidades	Há controles internos visando compatibilizar a demanda contratada de energia elétrica e aquela efetivamente consumida?	-	SO AR LS	Verificação de controles internos prevendo o monitoramento e comparação entre consumo e demanda atuais	% < de diferença entre demanda contratada e demanda utilizada nos últimos x meses	Dados de demanda contratada e demanda utilizada	Faturas de energia elétrica	Documentação em papel precisará ser digitalizada	Ausência de controles internos, ausência de execução, ausência de registros	Risco de gastos acima do necessário, ineficiência dos gastos	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
5		Há esforços para evitar desperdícios ou perda de eficiência no uso de água e EE?	-	SO AR LS	Verificação de norma ou documento interno prevendo os controles internos e comprovação da sua efetiva execução	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Norma /Documento formalizando a necessidade do controle Registro da execução do controle conforme frequência prevista, no último exercício	Documentação fornecida pelo gestor	Iniciativas podem ser descentralizadas, envolvendo outras unidades	Ausência de controles internos, ausência de execução, ausência de registros	Risco de consumo acima do necessário, ineficiência de gastos	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
6.1	Fiscalização Administrativa dos contratos com dedicação exclusiva de MO	As obrigações normativas da fiscalização administrativa de contratos com dedicação exclusiva de MO estão sendo cumpridas? (IN nº 05/2017)	Estão sendo verificadas evidências de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União?	SC SO AR LS	Verificação da existência da referida documentação durante a amostragem definida	Certidão negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa	Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários e à Dívida Ativa da União	Documentação fornecida pelo gestor	Pode haver diferenças no entendimento dos documentos aceitáveis como evidência	Ausência de documentação, certidão fora da validade	Descumprimento da IN nº 05/2017, irregularidade processual quanto à notificação da empresa	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
6.2			Têm sido verificadas certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado?	SC SO AR LS	Verificação da existência da referida documentação durante a amostragem definida	Regularidade fiscal municipal e estadual/distrital dentro da validade pertinente ao mês de prestação de serviços	Declaração SICAF dos fornecedores	Documentação fornecida pelo gestor	Pode haver diferenças no entendimento dos documentos aceitáveis como evidência	Ausência de documentação, certidão fora da validade	Descumprimento da IN nº 05/2017, irregularidade processual quanto à notificação da empresa	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
6.3			Tem-se verificado a Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)?	SC SO AR LS	Verificação da existência da referida documentação durante a amostragem definida	Certificado dentro da validade pertinente ao mês de prestação do serviço	Certidão de Regularidade do FGTS (CRF)	Documentação fornecida pelo gestor	Pode haver diferenças no entendimento dos documentos aceitáveis como evidência	Ausência de documentação, certidão fora da validade	Descumprimento da IN nº 05/2017, irregularidade processual quanto à notificação da empresa	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
6.4			Tem-se verificado a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)?	SC SO AR LS	Verificação da existência da referida documentação durante a amostragem definida	Certificado emitido no período referente ao respectivo mês de fiscalização da prestação do serviço	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Documentação fornecida pelo gestor	Pode haver diferenças no entendimento dos documentos aceitáveis como evidência	Ausência de documentação, certidão fora da validade	Descumprimento da IN nº 05/2017, irregularidade processual quanto à notificação da empresa	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
7.1	Transportes	A Portaria GR 77/2013 está sendo cumprida nos casos de liberação de automóveis para uso pelos servidores?	O servidor conta com CNH vigente e autorização do reitor ou gestor designado?	SO AR LS	Verificação de CNH vigente na data da retirada do veículo e autorização emitida antes dessa data	Data de vencimento da CNH posterior à data de retirada do veículo e data de autorização anterior à retirada do veículo	CNH, Termo de Autorização, Registro de utilização dos automóveis pelo órgão de Transportes	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada ou ser feita a verificação in loco	Concessão de veículo sem autorização ou com CNH vencida, ausência de registros	Descumprimento da Portaria GR nº 77/2013	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
7.2			O Termo de Responsabilidade do Conductor foi assinado?	SO AR LS	Verificação de documento com a assinatura do condutor na data de retirada do veículo	Data de assinatura em documento na mesma data da retirada do veículo	Termo de Responsabilidade, Registro de utilização dos automóveis pelo órgão de Transportes	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada ou ser feita a verificação in loco	Concessão de veículo sem o Termo de Responsabilidade	Descumprimento da Portaria GR nº 77/2013	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023
8			O combustível sendo cobrado pela prestadora de serviços NEO corresponde ao combustível consumido?	SO AR LS	Comparação entre os valores informados no relatório de abastecimento da NEO e comprovantes fiscais colhidos pelos servidores	Cupons fiscais apresentados pelos servidores	Relatório de abastecimento NEO e respectivos cupons fiscais para os meses amostrados	Documentação fornecida pelo gestor	Documentação em papel precisará ser digitalizada ou ser feita a verificação in loco	Ausência de cupons fiscais; abastecimentos em relatório não reconhecidos pela Universidade.	Risco de erro ou fraude por prestador de serviço	Letícia B. de M. Grego	Mai - Nov/2023

Anexo 3 – Manifestação do Auditado



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS SOROCABA - PU-So/R

Rod. João Leme dos Santos km 110 - SP-264, s/n - Bairro Itinga, Sorocaba/SP, CEP 18052-780

Telefone: (15) 32295920 - <http://www.ufscar.br>

Despacho nº 12/2025/PU-So/R
Processo nº 23112.022330/2023-99
Remetente: Prefeitura Universitária Campus Sorocaba
Destinatário(s): Auditoria Interna da UFSCar

ASSUNTO: Relatório Preliminar

Sorocaba, 26 de março de 2025.

Prezados Senhores,

Em ao Ofício nº 23/2025/AudIn (1781823), esta prefeitura declara estar ciente e de acordo com as recomendações apresentadas.

Todas as orientações apresentadas serão internalizadas com nossa equipe, no intuito de corrigirmos falhas e revermos nossos processos e procedimentos para que possamos otimizar nossos recursos e resultados.

Destacamos não ter identificado nenhuma informação sigilosa presente no RAI (1781827) e que não possam ser divulgadas.

Grato pelas contribuições, fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.

At.te,

Ademir Padilha de Arruda Jr

Prefeito Universitário

UFSCar Campus Sorocaba



Documento assinado eletronicamente por **Ademir Padilha Arruda Junior, Prefeito(a) Universitário(a)**, em 26/03/2025, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1790438** e o código CRC **8F3D20CC**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.022330/2023-99

SEI nº 1790438

Modelo de Documento: Despacho, versão de 02/Agosto/2019



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS ARARAS - PU-Ar/R
Rod. Anhanguera km 174 - SP-330, s/n , Araras/SP, CEP 13600-970
Telefone: (19) 35432624 - <http://www.ufscar.br>

Despacho nº 32/2025/PU-Ar/R
Processo nº 23112.022330/2023-99
Remetente: Prefeitura Universitária Campus Araras
Destinatário(s): Auditoria Interna da UFSCar

Araras, 27 de março de 2025.

À AudIn,

Em atenção ao Ofício nº 23/2025/AudIn (1781823), a Prefeitura Universitária do *campus* Araras, declara estar ciente e de acordo com as recomendações apresentadas.

Todas as orientações apresentadas serão analisadas internamente por nossa equipe, com o objetivo de corrigir falhas e revisar processos e procedimentos, visando a otimização de recursos e resultados.

Destacamos não ter identificado nenhuma informação sigilosa presente no RAI (1781827) e que não possam ser divulgadas.

Atenciosamente,
Maiara Fernanda Peres
Prefeita Universitária, campus Araras



Documento assinado eletronicamente por **Maiara Fernanda Peres, Prefeito(a) Universitário(a)**, em 27/03/2025, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1792372** e o código CRC **28688684**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.022330/2023-99

SEI nº 1792372

Modelo de Documento: Despacho, versão de 02/Agosto/2019



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

PREFEITURA UNIVERSITÁRIA CAMPUS LAGOA DO SINO - PU-LS/R

Rod. Lauri Simões de Barros km 12 - SP-189, s/n - Bairro Aracaçu, Buri/SP, CEP 18290-000

Telefone: (15) 32569029 - <http://www.ufscar.br>

Despacho nº 19/2025/PU-LS/R
Processo nº 23112.022330/2023-99
Remetente: Prefeitura Universitária Campus Lagoa do Sino
Destinatário(s): Auditoria Interna da UFSCar

ASSUNTO: Relatório Preliminar

Buri, 25 de março de 2025.

Prezada Srª Leticia Bernardes de Mello Grego,

Em atenção ao Ofício nº 23/2025/AudIn/R (1781823), esta Prefeitura Universitária declara estar ciente e de acordo com as recomendações apresentadas. Entendemos ser importante e de grande valia as orientações presentes e que, apesar do reduzido quadro de servidores desta unidade, estaremos revendo nossos processos buscando atingir melhores resultados em nossas ações.

Destaco não ter identificado nenhuma informação sigilosa presente no RAI em face da PU-LS e que não possam ser divulgadas.

Atenciosamente,

Paulo Roberto Castanho de Almeida

Prefeito Universitário campus Lagoa do Sino



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Castanho de Almeida, Prefeito(a) Universitário(a)**, em 25/03/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1787829** e o código CRC **979227EB**.

Referência: Caso responda a este documento, indicar expressamente o Processo nº 23112.022330/2023-99

SEI nº 1787829

Modelo de Documento: Despacho, versão de 02/Agosto/2019